

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ACTA N.º 29/2011

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA DEZOITO DE JULHO DE DOIS MIL E ONZE

(Contém 25 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Andreia Martins Cardoso da Costa**-----
VEREADORA **Raquel Margarida Pinheiro da Silva**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADOR **Luís Guilherme Duarte Brasil**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR **Francisco Cota Rodrigues**-----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 18 de Julho de 2011, realizou-se na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Pelas nove horas e vinte e oito minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião. -----

Período de Pré-Ordem do Dia

Após saudação a Presidente começou por informar que tinha dois assuntos a incluir na agenda, ambos para ratificação. O primeiro assunto disse ser referente a uma licença de ruído para o "Angra em Festa", dando nota de o pedido da Culturangra ter sido feito em cima da hora e de por isso ter dado a autorização. Referiu de seguida o segundo assunto, relacionado com o condicionamento de trânsito, a propósito da realização de uma prova de ciclismo, com início em Angra e final na Praia, pela Associação Fontinhas Activa, que irá implicar alterações na circulação do trânsito.-----

Perguntou de seguida aos Vereadores se concordavam com a inclusão destes pontos na agenda.-----

Os Vereadores assentiram.-----

A Presidente passou de seguida ao período de informações prévias. Começou por lembrar que no corrente dia, às duas da tarde, teria lugar o início das obras nas Figueiras Pretas, conforme disse ter sido referido na última reunião, fazendo ainda referência ao convite enviado aos Vereadores.-----

Acrescentou que, tal como foi tornado público, e no âmbito da empreitada do Pacote 3, que seria iniciado o abate das árvores da Avenida Tenente Coronel José Agostinho, apontou de seguida que a Vereadora Raquel Silva daria conta das conclusões da visita da arquitecta paisagista, Dr^a. Catarina Branco. -----

Relembrou de seguida as actividades a decorrer durante a Semana do Brasil, a ter início no dia seguinte e a comemoração, no dia 20, do Dia Mundial dos Avós, com um conjunto de actividades desportivas no Monte Brasil. Assinalou, ainda, as comemorações do Dia do Emigrante, no dia 24 de Julho, domingo, no Tentadero da Florestal, promovida pela Culturangra.-----

Deu nota da visita de uma arquitecta paisagista ao Jardim Duque da Terceira, e de que a Vereadora Raquel Silva daria conta, de seguida, das conclusões da mesma.-----

A Vereadora Raquel Silva interveio para dar conta de que a visita da arquitecta paisagista resultou de um contacto feito por si, no sentido de a mesma fazer uma proposta de requalificação do jardim. Deu conta de a arquitecta ter ficado extremamente bem impressionada com o jardim. Informou que a mesma tem experiência em jardins históricos e que já fez várias recuperações. Acrescentou que nessa primeira visita a

arquitecta fez uma avaliação, sublinhando que mencionou a zona da estufa, que disse ser menos histórica, tendo pedido para a mesma dar uma opinião sobre esta. Reiterou o facto de a arquitecta ter elogiado o jardim e a conservação do mesmo.-----

A Presidente concluiu que a arquitecta tinha considerado revitalizar a zona do coreto, que tem claramente os traços da época em que foi criado, o patamar da estufa foi descrito pela arquitecta como sendo claramente uma intervenção do século vinte e que é uma área a avaliar, incluindo a rampa que vai até ao coreto e a subida até à Memória. Sublinhou que a arquitecta vai fazer uma avaliação e depois a apresentação de uma proposta.-----

A Presidente deu como terminadas as informações prévias, perguntando de seguida se os Vereadores tinham alguma questão a colocar.-----

O Vereador Artur Lima interveio para manifestar concordância com a requalificação do jardim e satisfação com o facto de a arquitecta ter reconhecido o valor e o património do mesmo. Perguntou de seguida qual o papel no processo do engenheiro responsável pelo jardim. A Presidente respondeu que este está responsável pela manutenção do jardim, mas que não faz projectos de jardins.-----

O Vereador Artur Lima referiu a colocação da calçada, que a Presidente disse não ser para desfazer. A Vereadora Raquel Silva recordou que há muitos anos houve quem considerasse que o jardim deveria ter permanecido em terra batida, alegando que a calçada é melhor do que o asfalto e que a arquitecta não fez menção a tal facto. Sublinhou que a arquitecta compreendeu a preocupação em haver o melhoramento da zona através de uma recuperação arquitectónica, a Casa de Chá, e que haja o aproveitamento dessa recuperação para fazer um melhoramento no jardim, mas que em termos de estado e vivência do jardim estava tudo muito bem.-----

A Presidente acrescentou que do levantamento que irá ser feito, pretende-se manter todas as árvores de porte e que a reconversão será ao nível do desenho e da utilização do espaço.-----

O Vereador Luís Brasil tomou a palavra para dar conta do nicho de mercado turístico a nível europeu, do turismo dos países nórdicos e do testemunho dos guias que visitaram o concelho por três anos consecutivos e que deram conta de terem vontade de voltar, dando especial ênfase aos jardins dos Açores, em particular o Jardim Duque da Terceira. Sublinhou que nesse testemunhou ainda estranham que o piso esteja inacabado. O Vereador apontou de seguida um testemunho que elogia a manutenção do jardim e que sugere a introdução de um folheto, ou de algo do género, mais direccionado para a evolução da vegetação, a parte botânica, que o Vereador considerou ser muito interessante no que concerne ao turismo.-----

A Presidente recordou que há alguns anos foi feito um panfleto sobre o jardim com uma resenha histórica sobre o mesmo, ressaltando algumas espécies presentes. Apontou de seguida que esse panfleto foi feito em 2009 e que ainda existe para distribuição. O Vereador perguntou se o mesmo está disponível no jardim. A Presidente respondeu que não, que está disponível nos Paços do Concelho, recordando que há dois anos foi implementado um passeio por três pontos: Paços do Concelho, Jardim Duque da Terceira e Teatro Angrense e que foram desenvolvidos os panfletos sobre estes três locais, acrescentando que os guias têm conhecimento da existência dos mesmos.-----

O Vereador António Ventura interveio para se manifestar de acordo com a requalificação do jardim por alguém qualificado e experiente, desde que isso não signifique substituição ou “destruição” de investimentos recentes.-----

Apontou de seguida o facto de ter recebido queixas sobre o abastecimento de água, em especial na agropecuária, indicando a zona entre a Serra do Cume e a Serra da Ribeirinha. Recordou que numa anterior reunião de Câmara tinham sido informados das reservas de água existentes pelo Presidente dos Serviços Municipalizados, afirmando que de facto, na prática, se sente um défice no abastecimento de água. Apontou que na semana passada os caudais baixaram, o que resulta em filas de espera e de constrangimentos para a actividade. Referiu de seguida a gestão partilhada entre os Serviços Municipalizados e o Governo Regional, que disse ter de ser melhorada no sentido em que não pode haver mais reservas e no entanto o abastecimento de água continuar a ser deficitário, dando conta de que constatou que a lagoa está cheia e de que são feitos investimentos nos furos, mas que na prática a água não está disponível como deveria estar, nesta altura do ano.-----

A Presidente disse que houve necessidade de fazer algumas intervenções no final da passada semana e que a informação de que dispunha era que já se registariam melhorias no abastecimento durante o fim-de-semana.-----

O Vereador Fernando Dias perguntou que tipo de melhorias é que foram feitas. A Presidente disse que não saber em concreto, mas que foram operações ao nível do abastecimento, sublinhando que, como foi referido, a lagoa está cheia e que lhe foi transmitido que o trabalho foi feito, de forma a garantir o abastecimento, ressalvando que não há problemas ao nível do aprovisionamento.-----

O Vereador Luís Brasil recordou que o Vereador Francisco Cota Rodrigues indicou na reunião do dia onze que estava tudo bem. Indicou de seguida que em três pontos do Concelho, nomeadamente em São Carlos, houve quatro dias da passada semana em que a pressão da água diminuiu drasticamente, ao ponto de os esquentadores não arrancarem.-----

A Presidente afirmou que o mesmo aconteceu na sua casa, sublinhando que são situações pontuais, causadas por intervenções na rede. O Vereador sublinhou o facto de a situação se verificar sempre à mesma hora, situação que disse ter confirmado com os vizinhos.-----

A Presidente respondeu que podem haver intervenções que podem condicionar o caudal, ao nível do abastecimento, não estando isso relacionado com o aprovisionamento, referindo que por vezes é mesmo necessário haver cortes no abastecimento para fazer reparações, chamando a atenção para as obras a decorrer na Terra Chã e de que é normal que haja falhas no abastecimento de água nesta zona, até ao final desta intervenção.-----

A Vereadora Raquel Silva recordou os cortes de água no Inverno, por motivos de manutenção e de obras.-----

O Vereador Artur Lima indicou que nessa altura foram devidamente avisados e esclarecidos no jornal.-----

A Presidente indicou que o aviso pode ser feito quando são cortes, mas que quando são problemas na rede não é possível fazê-lo da mesma forma. O Vereador concordou.-----

O Vereador Artur Lima recordou as palavras do Vereador Francisco Cota Rodrigues, que disse que não havia falta de água, apesar das nascentes estarem um pouco abaixo do nível nesta altura. A Presidente apontou que estão abaixo do nível, mas dentro do que é habitual, que o caudal vai reduzindo durante o Verão. A Presidente esclareceu que as nascentes baixam no Verão e que há introdução da água dos furos, lembrando que o que o Senhor Vereador disse foi que estimava, conforme o que consta em acta, que em meados do mês de Outubro houvesse necessidade de os furos estarem a funcionar a tempo inteiro mas que de momento não estão e que tal só se verifica quando o consumo é superior à água das nascentes.-----

O Vereador afirmou recordar-se, dando nota de que seria isso que iria dizer, lembrando que na discussão ficou assente que há possibilidade de pôr mais furos a funcionar, se houver essa necessidade. Recordou ter chamado a atenção para a situação do Porto Martins, abastecida por Angra, indicando de seguida ter visto uma coisa que não via há muito tempo naquela zona: as pessoas a recuperarem os seus depósitos e as bombas de pressão, enfatizando que há mais de um mês, na zona entre a Canada das Vinhas e as Piscinas, não há pressão constante. Lembrou que chamou a atenção do Vereador Francisco Cota Rodrigues para este problema, apontando que o mesmo indagou que deveriam ser problemas na rede da Praia. Deu conta de problemas de falta de pressão, em dias diferentes aos que tinha apontado na reunião de Câmara, facto que considerou ser curioso e de que foi à Praia Ambiente e que os mesmos verificaram a zona e garantem que não têm fuga nenhuma e que o Senhor Vereador Paulo Messias lhe assegurou que não havia qualquer problema na rede da Praia. Acrescentou de seguida que se informou em Angra que são fornecidos três quilos de pressão para aquela zona, que disse serem insuficientes, sublinhando que mesmo a tubagem mais antiga está preparada para aguentar até seis quilos de pressão e a nova de dez a quinze quilos de pressão. Afirmou que Angra está a diminuir a pressão de água fornecida ao Porto Martins. Informou ter instalado na sua residência, que disse ficar numa zona baixa do Porto Martins, um medidor de pressão e que há dias que não tem mais do que um quilo, um quilo e meio de pressão, acrescentando que será o suficiente para a sua casa, mas que para outras não. Concluiu que isto indicia alguma precaução no racionamento de água, questionando que com todas as garantias dadas, porque é que não se garante água às pessoas nas quantidades necessárias para fazerem a sua vida. Disse ainda ter informações, das pessoas que moram na zona, que todos os dias à noite uma equipa dos Serviços Municipalizados vai lá abrir uma tampa e depois vão-se embora. Afirmou que Angra não fornece a pressão suficiente, dizendo julgar que é essa a opinião da Praia Ambiente e que está provado que alguma coisa se passa. Indicou que depois de ter falado com o Vereador Paulo Messias, que no fim-de-semana passado não tinha havido falta de pressão, dando conta de esperar que as coisas melhorem.-----

A Presidente referiu que os Serviços Municipalizados e a Praia Ambiente têm estado a trabalhar em conjunto, para perceber o que se passa, e que não chegaram a essa conclusão. Esclareceu que atendendo ao facto de o solo do Porto Martins ser rochoso, não é fácil os detectores encontrarem as fugas. Indicou que informações de sexta-feira passada, de acordo com informações fornecidas pelo Vereador Paulo Messias e pelo Vereador Francisco Cota Rodrigues se suspeitava de uma de duas situações: ou de fuga não detectada, pelas razões indicadas ou uma situação já verificada há algum tempo, que é o roubo de água para abastecimento de explorações agrícolas que existem nas imediações, apontando que de momento se está a tentar apurar se é uma ou outra

situação, porque os reservatórios continuam cheios, não havendo razão objectiva até ao ponto de abastecimento para se perceber a redução. Concluiu não ter informação que confirme ou que contrarie a do Vereador Artur Lima. Disse ainda ter tomado nota das questões indicadas pelo mesmo, nomeadamente a questão relacionada com o medidor de pressão e de que iria transmiti-la.-----

O Vereador Artur Lima voltou a indicar os três quilos de pressão fornecidos ao Porto Martins, que disse ter confirmado com os piquetes, sublinhando serem manifestamente insuficientes.-----

A Presidente referiu que não são os piquetes que determinam se é suficiente ou não. O Vereador indicou que o piquete lhe havia informado que tinha de pôr o problema à administração, referiu ainda ter-se informado sobre os três quilos, se seriam suficientes ou não. Quanto à possibilidade de roubo, considerou ser gravíssima, perguntando de seguida se já apresentaram queixa à Polícia. A Presidente disse que o assunto está a ser investigado e de que não seria a primeira vez que tal acontecia.-----

O Vereador Artur Lima abordou de seguida um episódio, que disse ter acontecido há dois ou três anos, em que havia água nas casas todas do Porto Martins, menos na sua. Referiu que chamou a Praia Ambiente e que em duas horas detectaram a fuga de água e que o ramal se tinha partido.-----

A Vereadora Raquel Silva interveio para constatar que o ramal não tem nada a ver com a profundidade das condutas.-----

O Vereador Artur Lima assumiu não ter conhecimento sobre como é feita tecnicamente a distribuição da água.-----

A Vereadora Raquel Silva indicou que no ramal é feita de forma superficial, da via para dentro de casa.-----

O Vereador confessou que todos os dias de manhã vê a pressão e que à noite também, fazendo o respectivo registo da mesma.-----

A Vereadora Raquel Silva pediu para falar, alegando não ter conhecimento para indicar se os três quilos são suficientes ou não, mas que considera que não deve ser dito que Angra não fornece água, já que parece má vontade, pondo a hipótese de as situações se colocarem antes da entrada do ramal do Porto Martins e que se houver um roubo ou uma fuga antes desse ramal é normal que a pressão se perca. Relativamente aos piquetes, indicou que tomou conhecimento junto de membros do Conselho de Administração que vão piquetes de manhã e à noite, todos os dias, medir os caudais, para tentar perceber o que se passa, visto ser sempre à mesma hora que se verifica a quebra de pressão. Acrescentou que lhe deram a informação de que as condutas adutoras que vêm de São Sebastião estão a grandes profundidades e que por isso não conseguem fazer a localização com o detector de fugas e ainda que vão ter de pôr medidores de caudais nas várias entradas para tentar perceber o que se passa.-----

A Presidente sublinhou o facto de a água estar a entrar e a sair dos reservatórios em igual quantidade e que por isso se conclui que ela se está a perder, por um de dois motivos, ou por roubo ou por uma fuga na rede.-----

A troca de impressões continuou entre a Vereadora Raquel Silva e o Vereador Artur Lima. A Vereadora concluiu que o problema não é Angra não fornecer água à Praia, mas sim um problema de conduta que será resolvido.-----

O Vereador Luís Brasil indagou se, no caso de ser necessário, todos os furos de Angra podem ser operacionalizados para fornecer água e se estão prontos para isso. A Presidente respondeu afirmativamente, acrescentando que inclusivamente um dos novos, que está operacional desde o ano passado.-----

O Vereador Artur Lima recordou a “crise” de 2008, durante a qual disse que umas bombas tinham os rolamentos gripados e que não funcionavam.-----

O Vereador Luís Brasil confirmou se estão todos equipados e prontos. O Vereador Artur Lima disse que estão operacionais, prontos a debitar água. A Presidente assentiu, dando nota de que alguns já vão debitando, em poucas quantidades, conforme disse já ter sido referido.-----

O Vereador António Ventura interveio para levantar uma questão relacionada com os estabelecimentos do Porto das Pipas, com o objectivo de saber se já estavam licenciados. A Presidente respondeu que já foi feito o licenciamento do empreendimento e que agora cada um dos proprietários estaria a avançar com o processo de licenciamento. O Vereador perguntou ainda se a Câmara tem recebido algumas queixas, relativamente a desacatos e horários de encerramento. A Presidente respondeu que ultimamente não. Enfatizando que desde que há policiamento não tem havido queixas. A Presidente recordou ter dado conta de ter falado com o Senhor Comandante da PSP, especificamente sobre a questão do Porto Pipas, e que o mesmo indicou alguns reparos sobre as características físicas do espaço, nomeadamente no que diz respeito à iluminação, indicação que a Presidente disse já ter transmitido para que fossem feitas estas correcções, que ajudam o policiamento. -----

O Vereador António Ventura questionou sobre qual o horário de encerramento dos estabelecimentos. A Presidente respondeu ser às duas da manhã, durante a semana e às quatro da manhã, às sextas-feiras e aos sábados.-----

A propósito, o Vereador Artur Lima perguntou até que horas são válidas as licenças de ruído que os mesmos têm autorizado. A Presidente afirmou que quando tinha essa competência atribuía as licenças de ruído sempre, salvo rara excepção, até às duas da manhã. Disse de seguida que lhe chamaram a atenção para que nos processos de licença de ruído estivesse explícito o horário, não só no requerimento, mas também na informação, de maneira a que seja mais objectivo.-----

O Vereador deu conta de ter recebido algumas queixas sobre abusos, ressaltando a importância de ser referido o horário, e quando o mesmo não fosse respeitado houvesse o pagamento de uma coima. A Presidente indicou que habitualmente quando era até às duas da manhã não havia essa referência, só quando fosse para além dessa hora era indicado na informação a hora específica do pedido.-----

As horas dos licenciamentos continuaram em discussão, sobre quais os limites e em que dias, tendo em conta os licenciamentos especiais já aprovados.-----

O Vereador Fernando Dias afirmou que os horários estão presentes nos requerimentos e que normalmente são até às duas da manhã. A Vereadora Raquel assentiu, dando conta de só não estarem presentes nas deliberações.-----

O Vereador Artur Lima considerou que não se perdia nada em reafirmar essa informação na deliberação, acrescentando que deviam ser mais cautelosos na aprovação das licenças durante a semana. O Vereador Fernando Dias concordou.-----

A Presidente indicou que depende sempre da localização, dando o exemplo a realização de uma festa num tentadero.-----

O Vereador Artur Lima afirmou que os bares do Porto das Pipas deviam fechar às duas da manhã. O Vereador António Ventura, a propósito, indicou queixas de pais preocupados. O Vereador Luís Brasil apontou a presença frequente de menores no local. A Presidente referiu que os mesmos têm pais. O Vereador Artur Lima partilhou de seguida a sua experiência com a sua filha, a esse respeito, nas Sanjoaninas, dando conta do número de jovens embriagados. A Presidente informou que este ano a situação esteve controlada.-----

O Vereador António Ventura indicou o “contágio” entre os jovens, no que concerne aos horários. A Presidente sublinhou o facto de o horário só se estender às sextas e sábados, referindo a possibilidade de uma mudança poder prejudicar outros negócios.---

O Vereador Artur Lima disse que este assunto devia ser deliberado em Conselho de Ilha. O Vereador António Ventura concordou que este órgão se devia pronunciar sobre este assunto.-----

A Presidente deu nota de a PSP ter chamado a atenção para o facto de se o encerramento for obrigatório às duas da manhã implica que a essa hora haja travessias, entre Angra e Praia, com algum álcool que pode tornar mais danoso este processo. O Vereador Luís Brasil afirmou que essa é uma competência da PSP, considerando ser uma boa reflexão. A Presidente disse já ter feito essa reflexão, concluindo que não concorda com esta opção, não sendo, no entanto, apologista de fechar todos os dias às quatro da manhã. O Vereador Artur Lima pôs o problema no facto de os bares não fecharem às duas da manhã, durante a semana. A Presidente reafirmou que fecham a essa hora e que teve a confirmação, por parte do Comandante Rodrigues, de que os horários são cumpridos rigorosamente. O Vereador Luís Brasil levantou a questão da competência da Polícia Marítima no Porto. A Presidente fez menção à presença da PSP e ao baixo número de elementos da Polícia Marítima. O Vereador apontou que a questão de fundo é a presença de um grande número de menores e da intervenção da polícia no sentido de evitar comportamentos de risco e de venda de álcool a menores pelos bares. A Presidente chamou a atenção para o facto de a compra muitas vezes não ser feita nos bares.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se havia sido colocada a possibilidade do afastamento do parque de estacionamento. A Presidente referiu essa ser uma das medidas. A Vereadora Raquel Silva deu conta de a APTG ter a intenção de tirar pelo menos a primeira linha de estacionamento. O Vereador Fernando Dias indicou que o álcool é comprado nos supermercados. O Vereador Luís Brasil considerou que é sempre um consumo ilícito, que disse ter de ser controlado pela polícia que tem competência geográfica naquele espaço. O Vereador Artur Lima disse que a Polícia Marítima não tem

competência para isso. A Presidente afirmou que a PSP tem essa competência, o Vereador Artur Lima, por sua vez, referiu o efeito dissuasor que a Polícia Marítima poderia ter. O Vereador Luís Brasil lembrou o problema de licenciamento e de o espaço ser da competência das autoridades marítimas. Neste seguimento foi levantada a questão das condições de licenciamento, nomeadamente as casas de banho, que a Presidente disse serem públicas. O Vereador chamou a atenção para o facto de há algum tempo, com as anteriores regras, aquele espaço não poder ser licenciado. A Presidente referiu que se optou pelo licenciamento do global, de forma a que se permita agora o parcial, como disse fazer-se nos centros comerciais. -----

O Vereador Artur Lima levantou de seguida outra questão, que disse ser recorrente, sobre as instalações destinadas aos Vereadores. A Presidente disse que de momento está a decorrer o processo de aquisição de equipamento.-----

O Vereador Luís Brasil perguntou de seguida sobre o conhecimento da Câmara relacionado com falhas no fornecimento de luz na Rua Direita e Praça Velha. A Presidente indicou que não. A Vereadora Raquel Silva disse tratarem-se de intervenções no PT. A Presidente deu conta de esse PT ter uma espécie de despertador automático, mas que a situação tinha sido corrigida. O Vereador Artur Lima deu conta de a iluminação do lado direito da sua rua, a Cândido Forjaz, não funcionar. A Presidente disse ser problema da EDA. O Vereador disse achar que as lâmpadas estão fundidas. A Vereadora Raquel Silva sugeriu que o Vereador telefonasse para a EDA. O Vereador deu conta de esta zona ser a única da cidade onde não passa patrulha, por morar lá um chefe da polícia e de ser uma situação a perguntar ao Comandante da PSP, fazendo referência a uma esquina problemática, mas que no entanto as coisas estavam melhores. A Vereadora Raquel Silva deu nota do roubo de tampas de sarjetas para venda do ferro e de outros metais nessa e noutras zonas. O Vereador deu ainda conta de ir à Polícia fazer o requerimento para vigiarem a sua casa, no âmbito do programa “Casa Segura”.-----

O Vereador Fernando Dias recordou a referência na passada reunião à correcção da Carta Educativa para posterior entrega aos Vereadores, questionando se as mesmas já foram feitas. A Presidente pressupôs que não, por não lhe terem sido entregues.-----

Não havendo mais questões a Presidente passou para os assuntos da ordem do dia.-----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

Selos de Residente

Ent. 3538 – Pedido de substituição de selo de residente, na sequência de extravio efectuado por Nuno Paulo Rebelo de Lemos, para autorização do órgão executivo, nos

termos dos artigos 11.º e 16.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3551 – Pedido de substituição de selo de residente, na sequência de extravio efectuado por Tiago Filipe Costa Cota, para autorização do órgão executivo, nos termos dos artigos 11.º e 16.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3557 – Pedido de emissão de selo de residente provisório, efectuado por Jerónimo Bento Batista da Costa Prenda, pelo período de 6 meses, aquando da residência temporária nesta ilha, em casa dos pais do requerente, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Licença Especial de Ruído

Ent. 3530 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada a festividades públicas, efectuado por Francisco Jorge Meneses Nunes, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

O Vereador Fernando Dias fez menção à licença ser de 19 a 26 de Agosto. O Vereador Artur Lima indagou sobre a licença ser durante uma semana até às duas da manhã. O Vereador Fernando Dias e Luís Brasil deram conta de se tratar das Festas do Posto Santo. O Vereador Fernando Dias afirmou que o requerimento é feito nessa medida. A Presidente considerou não ser nada de anormal. O Vereador concordou, dizendo que é assim que tem sido feito, chamando a atenção para essa indicação.-----

Ent. 3515 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada a festividades públicas, efectuado por Raimundo Jorge Rocha da Silva, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ocupação da Via Pública

Ent. 3533 – Pedido de ocupação da via pública, efectuado por Adélio Manuel Brasil Mendes, destinada a gaiolas, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Código de Posturas Municipais, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

O Vereador Artur Lima indagou sobre a necessidade do pedido de ocupação para via pública para gaiolas. A Presidente referiu que é um pedido normal que tem de ser feito, mas que provavelmente nem sempre é feita a referência às gaiolas e que muitos pedidos de ocupação são feitos neste sentido, e que normalmente a referência é “festividades públicas”. A Presidente deu ainda conta de que para uma tourada são precisos pelo menos três tipos de licenciamentos, da tourada em si, das gaiolas e do fogo. O Vereador perguntou se são os três pagos. A Presidente respondeu afirmativamente, ressaltando que o fogo e a ocupação da via pública são residuais e de que o que é mais oneroso é a tourada em si, e que é mais onerosa ainda a licença de fogo da PSP, já que o Ministério da Administração Interna actualizou as portarias de cinco para cento e um euros, acrescentando-se ainda as remunerações dos agentes, que disse chegarem a nove agentes e que cada um a quarenta e cinco euros é um valor muito elevado.-----

Ent. 3520 – Pedido de ocupação da via pública, efectuado por Raimundo Jorge Rocha da Silva, destinada a festividades públicas, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Código de Posturas Municipais, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3615 – Pedido de ocupação da via pública, efectuado por Tatiana Borissovna Rybakova, destinada a uma feira de artesanato, na Rua da Palha, freguesia da Sé, nos dias 22 e 23 de Julho de 2011, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Código de Posturas Municipais, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Suspensão de Trânsito

Ent. 3531 – Pedido efectuado por Ana Maria Sousa de Lima Borges, com vista à suspensão de trânsito, no período compreendido entre 22 e 25 de Julho de 2011, destinada a colocação de uma bancada, na Canada da Junta, freguesia da Feteira, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3487 – Pedido efectuado por Bruno Alexandre Costa Correia, com vista à suspensão de trânsito, no período compreendido entre 21 e 24 de Julho de 2011, destinada à realização dos festejos em honra do Divino Espírito Santo, na Rua da Guarita, freguesia da Conceição, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3582 – Pedido efectuado por Armando de Oliveira Silva, com vista à suspensão de trânsito, no período compreendido entre 17 e 24 de Julho de 2011, destinada à realização dos festejos em honra do Divino Espírito Santo, na Rua Dr. Machado Pires, freguesia da Terra Chã, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3583 – Pedido efectuado por Cesário Alberto Ferreira Pamplona, com vista à suspensão de trânsito, no período compreendido entre 28 de Julho e 1 de Agosto de 2011, destinada à realização dos festejos em honra do Divino Espírito Santo, na Rua Pe

Francisco da Cruz, freguesia de São Bartolomeu, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3534 – Pedido efectuado por Adélio Manuel Brasil Mendes, com vista à suspensão de trânsito, no período compreendido entre 23 e 30 de Julho de 2011, destinada à realização dos festejos em honra de Sant’Ana, nas Ruas Direita, da Praça e Fria, Vila de São Sebastião, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

DELIBERAÇÕES OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Licenciamentos

Processo n.º 01/2011/47 – Requerimento datado de 6 de Julho de 2011, de **Carlos de Quadros Vasconcelos**, residente no Caminho do Meio de S. Carlos, nº 63, freguesia de São Pedro, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente à remodelação e ampliação de uma moradia, sita no Caminho do Meio de S. Carlos, nº 63, freguesia de São Pedro. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este licenciamento, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 01/2009/327 – Requerimento datado de 11 de Julho de 2011, de **ARQUIANGRA – Arquitectura e Engenharia, Lda.**, com sede na Rua da Esperança, nº 42, freguesia da Sé, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente à alteração da estimativa de custo da remodelação de um edifício sito à Rua Diogo de Teive, freguesia de São Pedro. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão

Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território.
— **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este licenciamento, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 13/2011/2 – Requerimento datado de 13 de Julho de 2011, de **Carlos André Nunes Dinis**, residente na Quinta do Pedregal, n.º 40, freguesia da Terra Chã, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente à construção de um armazém, num terreno sito no Caminho do Pedregal, freguesia da Terra Chã. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este licenciamento, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 21/2011/116 – Requerimento datado de 1 de Julho de 2011, de **Maria da Conceição de Sousa**, com residência na Rua Pero Anes do Canto, n.º 4-B, freguesia de Conceição, para decisão do órgão executivo, nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de conservação e manutenção da cobertura do edifício sito à Rua Pero Anes do Canto, n.º 4-B, freguesia de Conceição. Encontra-se munido de parecer favorável da Direcção Regional da Cultura e parecer do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este licenciamento, nos termos do parecer da Direcção Regional da Cultura e do técnico municipal.**-----

Projectos de Loteamento

Processo n.º 02/2005/338 – Requerimento datado de 17 de Maio de 2011, de **Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.**, com sede na Rua João Tavira, n.º 30, freguesia da Sé, concelho do Funchal, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, da recepção provisória das infra-estruturas do loteamento sito à Canada do Pico da Urze, freguesia de São Pedro, e redução da caução prestada a favor do Município em mais 20%. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe

da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou a recepção provisória das infra-estruturas do loteamento em causa, bem como a redução da caução em 20%, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Ocupação da via pública

Processo n.º 01/2008/41 - Requerimento datado de 17 de Janeiro de 2011, de **Luis Augusto Pamplona Bettencourt Rodrigues**, com residência na Canada do Breado, n.º 15, freguesia do Posto Santo, para decisão do órgão executivo, nos termos da alínea b), n.º 7, artigo 64º, da Lei das Autarquias Locais, referente à ocupação da via pública numa área de 12 m2, por um período de 30 dias, na Ladeira de São Bento, n.º 19, freguesia de São Bento, ampliação e reabilitação do edifício. Encontra-se munido de parecer condicionado do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território, quanto ao pedido de ocupação da via pública, no sentido de ficar salvaguardada a passagem de peões e viaturas, em segurança. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos do parecer técnico.**-----

Processo n.º 21/2011/116 – Requerimento datado de 1 de Julho de 2011, de **Maria da Conceição de Sousa**, com residência na Rua Pero Anes do Canto, n.º 4-B, freguesia de Conceição, para decisão do órgão executivo, nos termos da alínea b), n.º 7, artigo 64º, da Lei das Autarquias Locais, referente à ocupação da via pública numa área de 10 m2, por um período de 15 dias, na Rua Pero Anes do Canto, n.º 4-B, freguesia de Conceição para execução das obras de conservação e manutenção da cobertura do edifício. Encontra-se munido de parecer condicionado do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território, quanto ao pedido de ocupação da via pública, no sentido de ficar salvaguardada a passagem de peões e viaturas, em segurança. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos do parecer técnico.**-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Denúncia de contrato de arrendamento

Ent. 983 - Proposta do Gabinete Jurídico no sentido de ser enviada comunicação escrita, com aviso de recepção no sentido de se obstar à renovação do contrato de arrendamento, referente à fracção B, do prédio sito na Avenida Álvaro Martins Homem, bem como encetar negociação particular, por parte do mesmo Gabinete Jurídico, no intuito de fazer cessar o contrato em data anterior à do terminus contratual (19.01.2012), por acordo das partes, uma vez que, na presente data, o imóvel encontra-se desocupado, em consequência da transferência dos Serviços Municipais para o Edifício Paços do Concelho. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com o proposto.**-----

A Presidente indicou que o espaço deixou de ser necessário e que o mesmo seria alugado, explicando a localização do mesmo.-----

Cartão Municipal do Idoso

Ent. 3548 - Relação do Gabinete de Desenvolvimento Económico, Humano e Social relativa a pedidos de emissão de cartões municipais do idoso, destinados aos seguintes munícipes: Maria Camila Cota da Silva, Fernando Norberto Moniz da Costa; Maria Arlete Machado Godinho; Rosa Maria de Aguiar Faria; Eduardo Alberto de Sousa Freitas; Paulina Soares; Gualter da Silva Carvalho; Renato de Melo Cordeiro Vicente; Maria Manuela de Sousa; para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou a emissão dos cartões em causa.**-----

Pedidos de Apoio

Ent. 3252 – Ofício s/n, de 27 de Junho de 2011, da Comissão das Festas de Sant'Ana 2011, na Vila de São Sebastião, solicitando apoio um apoio monetário para fazer face às

despesas inerentes à realização das mesmas festas, para autorização do órgão executivo a atribuição de 500€ (quinhentos euros), nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor da Presidente, da Vereadora do PS e Vereadores do PSD e uma abstenção do Vereador do CDS-PP, deliberou atribuir o subsídio proposto - €500,00 (quinhentos euros).**-----

A Presidente referiu ser este o valor atribuído a todas as festas organizadas, dando ênfase no facto de estas festas serem em Julho, relembrando o facto de o período de Julho das candidaturas não ter sido aberto, afirmando que as festas de freguesia se realizam sempre, considerando que deve ser dado apoio igual a todos.-----

O Vereador Artur Lima lembrou ter chamado a atenção para a não abertura do período de candidaturas, pondo ênfase na igualdade dos apoios atribuídos pela Autarquia e sobre a discriminação se são Festas de Verão ou quaisquer outras actividades.-----

A Presidente disse ser um valor fixo, independentemente das candidaturas.-----

O Vereador disse haver uma discriminação de munícipes, privilegiando as festas, apontando as outras entidades que precisaram de subsídios viram-nos suspensos, por decisão deste órgão, recordando que votou contra, afirmando de seguida a sua abstenção, por considerar que este apoio vai contra os princípios de igualdade e equidade, que disse que a Autarquia deve ter.-----

Atribuição de apoios – bailinhos
e danças de Carnaval

Ent. 1550 - Proposta da presidente da câmara, datada de 11 de Julho do corrente no sentido de ser atribuído um apoio no valor de 430.27 euros a cada um dos cinco grupos de teatro popular que no Carnaval 2011 também actuaram no Teatro Angrense, que constam da listagem em anexo e que neste momento reúnem os requisitos para deliberação do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir os subsídios propostos aos grupos de teatro popular em causa.**-

A Presidente recordou que foi aprovada uma primeira lista, daqueles que já tinham entregue a documentação e que agora entregaram estes, não sendo ainda a totalidade, ficando a aguardar agora que os restantes façam a remessa da informação, atribuindo já o subsídio a estes cinco grupos.-----

Circulação de viaturas pesadas
na Cidade

Ent. 3598 – Pedido da Tecnovia-Açores para circular na Cidade com duas viaturas pesadas para acesso à obra dos Bombeiros. Vem informado favoravelmente pelo DDSGT. Para deliberação nos termos do disposto na alínea f) n.º 2 e alínea b) n.º 7 do artigo 64.º da LAL. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.--**

Habitação Social – Intervenção em Habitação

Ent. 3045 – Pedido de **Bruno Miguel Nunes da Silva**, de 8 de Junho de 2011, solicitando a autorização para instalação de um recuperador de calor na habitação social. Submete-se o presente pedido, nos termos do artigo 64.º n.º 1 alínea f) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para efeitos de deliberação considerando que segundo o parecer do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território, não há inconveniente do ponto de vista urbanístico, desde que a obra não influencie a estrutura do edifício. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Recomendação dos Vereadores do
Partido Social Democrata

Ent. 3464 – Recomendação dos Vereadores do Partido Social Democrata, de 6 de Julho corrente, no sentido de a Câmara Municipal reafirmar a importância cultural, histórica, turística, social e económica da tourada à corda no Concelho de Angra do Heroísmo, bem como dar conhecimento desta posição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com o proposto nesta recomendação, acrescentando ainda dar conhecimento às Associações dos Ganaderos e Associação dos Amigos dos Animais**-----

O Vereador António Ventura tomou a palavra para dizer que este é talvez o Concelho mais taurino do mundo e que se trata de uma manifestação popular histórica, com interesse social e económico e que em nada lesa o bem-estar animal, reconhecido por este órgão e por outros, recordou que foi aprovado um conjunto de legislação pela Assembleia Legislativa nesse sentido, pondo ênfase no facto de o Regulamento das Touradas à Corda ter sido revisto, para garantir o bem-estar do animal e das circunstâncias que envolvem o mesmo. Disse de seguida que está a surgir na sociedade, e em alguns indivíduos, um desconhecimento desta manifestação, essencialmente no Concelho de Angra, mas também no resto do arquipélago, considerando a importância de a Autarquia ser a primeira a manifestar-se contra esse desconhecimento sobre uma manifestação positiva, de forma a ressaltar o interesse para o concelho, recordando a história, a cultura e a importância económica que a actividade tem.-----

A Presidente pediu ao Vereador António Ventura para fazer uma sugestão, manifestando-se a favor da proposta apresentada, reconhecendo a importância de dar conhecimento da posição da Autarquia à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, considerando as petições que existem. Acrescentou que seria importante dar conhecimento desta posição às Associações de Criadores de Gado Bravo, no sentido de manifestar a posição da Autarquia a favor desta tradição.-----

O Vereador Artur Lima disse ter mais uma sugestão, a de dar conhecimento também à Associação dos Amigos dos Animais, à semelhança do que os próprios fizeram, através do envio de cartas. E também às duas Associações dos Ganaderos.-----

FORA DA AGENDA

Licença Especial de Ruído

Ent. 3653 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada às actividades inseridas no programa “ANGRA EM FESTA/2011”, efectuado pela Culturangra, E. E. M., para ratificação do acto praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo

27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o acto praticado.**-----

Condicionamento de Trânsito

Ent. 3647 – Pedido efectuado pela Associação Fontinhas Activa, com vista ao condicionamento de trânsito, no dia 16 de Julho de 2011, destinada a realização da 3ª prova de ciclismo de estrada da Ilha Terceira, em diversas freguesias dos concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, para ratificação do acto praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o acto praticado.**-----

A Presidente passou de seguida à votação da acta número vinte e sete, distribuída na passada semana. A acta foi aprovada por unanimidade.-----

O Vereador Artur Lima pôs de seguida uma questão relacionada com o Canil da Associação dos Amigos dos Animais e se o assunto estava resolvido na Câmara. A Vereadora Raquel Silva indicou que há um parecer desfavorável e outro condicionado, o primeiro da Direcção Regional dos Serviços Veterinários e o outro do Veterinário Municipal em que o projecto não cumpre a legislação em relação a pequenas coisas. O Vereador afirmou que gostaria de ler estes pareceres, sublinhando as condições em que se encontram os animais e afirmando a necessidade de celeridade, que a Presidente disse já não ser com a Câmara. A Vereadora Raquel Silva informou que na passada semana havia recomendado uma senhora que a contactou no sentido de a mesma contactar directamente o projectista, no sentido de saber os critérios legais a cumprir, de forma a entregar em audiência oral uma adenda ao projecto, para o mesmo não ter de ser refeito. O Vereador perguntou quem é que tinha dado o parecer da Direcção Regional de Veterinária, dizendo ter curiosidade. A Vereadora disse não saber, mas que essa informação constava do processo.-----

ENCERRAMENTO

Pelas onze horas não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....